
Ana Luísa Amaral, *Epopéias*.
Coimbra, Fora-do-Texto, 1994.

O terceiro livro de poesia de Ana Luísa Amaral nos não desilude. Epopeias confirma e alarga as preocupações de teoria e prática poéticas que informaram já os livros anteriores, intitulados, respectivamente, *Minha senhora de quê* (1990) e *Coisas de partir* (1993). Trata-se de colectâneas de poemas líricos, de formas diversas e voz claramente individualizada, onde se podem descobrir temáticas ligadas à literatura e à meta-literatura, ao intercâmbio de culturas e imaginários, à variedade trivial das experiências do quotidiano, à esfera banal do doméstico e do familiar, ao amor e ao erotismo e à surpresa trémula do amor e do erotismo. Não raro, a voz poética assume-se claramente, poderíamos dizer, como especificamente feminina, tal como a cultura e ideologia dominantes continuam a definir o sexo feminino. Os títulos das quatro partes em que se estrutura *Epopéias*, de resto pedidos emprestados a poemas inseridos em cada uma das secções, estabelecem com os leitores pactos de leitura que vão nesses sentidos: «Poses do desconforto», «Queixas ou resignações», «Minha senhora a nada», «Inocentísimos plágios», e «Epopéias de luz.»

Ana Luísa Amaral, que há vários anos ensina literatura inglesa e americana na Faculdade de Letras do Porto, tem neste momento quase pronta uma dissertação de doutoramento sobre Emily Dickinson. Ora,

há um poema desta grande excêntrica americana do século XIX, que hoje é parte integrante da centralidade cultural dos Estados Unidos, que diz, mais ou menos, *deixai-me entrar, que eu falo fininho e não incomodo ninguém*. A totalidade da obra dickinsoniana (como, de resto, Ana Luísa Amaral bem demonstra no seu trabalho académico) permite-nos identificar essa voz de suposta negação do sujeito *também* com a de Dickinson. E contudo, a voz dessa mulher-poeta americana do século XIX, uma vez escutada verdadeiramente, jamais deixará de se fazer ouvir, como um trovão. Ana Luísa Amaral adopta-lhe a postura poética. *Minha senhora de quê* e *Coisas de partir* encerram poemas «sem dono», como observou Silvina Rodrigues Lopes na apresentação do último livro citado e a propósito do primeiro, que fora já, por sua vez, apresentado por Arnaldo Saraiva um pouco nos mesmos termos. «A voz do poema não tem dono», diz Silvina Rodrigues Lopes, para significar o aparente despojamento do sujeito desta poesia, «nenhum nome que garanta a sua propriedade». Mas o poema de Ana Luísa Amaral não deixa de ter voz, uma voz que se afirma também *fininha*, porém de igual modo a fazer-se ouvir no que tem para dizer — como um trovão.

Epopéias. Epopeias de quê, epopeias de nada, epopeias de partir — eis como se diz este novo livro. Epopeias do que está bem distante do que é usualmente considerado épico e heróico, antes tem, na pretensa insignificância do privado ou doméstico, a luminosidade transparente de *ser*. «Epopeias de Luz» é como se intitula o último

poema do livro; simplesmente *Epopeias*, o livro inteiro. Decerto que o plural — epopeias — é já de si comentário à ironia primeira do título, logo a desfazendo. Mas o uso dessa intertextualidade abusiva, se não impertinente, não deixa de surtir o efeito duplo que pretende. Evocar a epopeia camonianiana da gesta lusíada dos descobrimentos e do império para significar o gesto banal de existir, que funda toda esta poesia, é uma provocação. A epopeia, a reconhecida como tal — o canto celebratório da nação no contexto patriarcal em que se insere — sai diminuída («Mas o Adamastor era uma rocha / e as sereias não há», p. 85); ao contrário, as epopeias de Ana Luísa Amaral revelam-se paradoxalmente poderosas nesse seu precário, assumidamente «feminino» ser «imitações / de nada» (p. 43).

Imitações, repetições, coisas do avesso, o verso em oblíqua subversão — é nessa fragilidade tradicionalmente não-canónica que assenta a poesia de Ana Luísa Amaral. Pode ser o simples gesto, assumidamente não-original, de desrespeitar a norma sintáctica: «minha senhora de quê» passou agora a ser «Minha senhora a nada»; «baralhei-me / sintaxe em português», lê-se noutro poema (p. 55). E a sintaxe baralhada outra coisa não faz do que fingir que não diz o que o poema é: «poema de epopeia sem o ser» (p. 84).

E assim volto ao *ser*, mas do avesso, com «s» minúsculo, para descobrir, na poesia «doméstica» de Ana Luísa Amaral, ou, como diz o poema, no «que é táctil» (p. 83), o universal. Tavez eu devesse dizer antes «os universais» — esses pequenos nadas do existir humano que, das mesmas formas, ou de formas diferentes, fazem de todos nós os mesmos na diferença: isto de ser mulher ou de ser homem e disso ter consciência, amar e odiar, fazer coisas (seja poema ou leite-creme); e de intervir, em prazer e dor, no lugar e tempo em que nos encontramos.

Toda a poesia é subversiva, diz, com uma pontinha de razão, a nossa tradição ocidental. Mas não mitifiquemos, recomenda Ana Luísa Amaral logo no primeiro poema do livro. Quantas vezes não é só a própria estrutura do verso que desempenha a suposta subversão; o essencial da cultura dominante mantém-se intacto. Ao poema da coleridgiana repetição do divino eu primeiro engrandece-o a transgressão. Repetição sem original — que é inexistente — eis o que é a poesia. Porém, demonstra-o o poema, a própria repetição constrói a diferença, quanto mais não seja na divisão poética das sílabas. Se virarmos o poema do avesso, por forma a tocar-lhe o título — «Originais» — veremos como é falacioso esse mito romântico: a originalidade — essa categoria indefinível, que insidiosamente envia para o que ostensivamente precede a materialidade sensual do perceber e do fazer.

Foi William Blake (outro poeta muito do agrado de Ana Luísa Amaral), porventura o mais original do romantismo inglês, quem mais radicalmente subverteu, reivindicando-o, o mito da originalidade. Por um lado, a abstracção do Génio Poético; por outro, a minúcia árdua do fazer. Falo do «método infernal» da impressão «iluminada», que nos oferece epopeias totais de luz e cor, nenhuma igual à outra, mesmo que mesma. De Blake disse um dos seus primeiros biógrafos, «nunca um poeta foi tão completamente autor do seu próprio livro» — e «livro» é aqui também metáfora da vida. A arte compósita de Blake não a largava o poeta, enquanto não estivesse pronta a ser agarrada pelos leitores. O poeta-artista-artesão tudo concebia e realizava com as «mãos sujas».

As mãos sujas de Blake são referidas por outro dos seus primeiros biógrafos, e tragó-as aqui para significar a concepção de poesia que encontramos também em Ana Luísa Amaral: a distinção entre arte (ou saber) e vida é falsa, desnecessária e enganosa. Pois é no risco de existir que nasce o

poema — de «desvio» e de «tensões» (p. 47) — e é nesse risco que a vida tem sentido. Por outras palavras, não há poesia sem sujeitos vulneráveis de carne e osso. Os poemas de Ana Luísa Amaral, como toda a poesia que vale a pena ler, são risco também para os seus leitores, na liberdade — e nos limites — da linguagem poética. Como quando dois desses poemas, em *Epopéias*, elegem Descartes, o filósofo dos limites por excelência na tradição ocidental, como sua personagem principal: um deles fala justamente da ambiguidade libertária que a linguagem empresta aos limites cartesianos do dizer (corrente — é de ferro ou de água? o canto é de cantar ou de parede? pp. 25, 27); o outro faz explodir a constrição do cartesiano «penso, logo existo» no mal-estar de ser: «Assim existo», lemos em «Mal penso, logo existo», «porque penso mal» (p. 55).

As mais das vezes, é a própria poesia, na consciência crítica da autora, o pretexto do poema: «Escrevo / num espaço ausente de certezas» (p. 54), ou, «guardo / por romântico desvio / que me invada a poesia» (p. 21), ou ainda, «o texto em rodopio / e cada vez mais tonto» (p. 39). Mas, por isso mesmo, sempre a poesia é indissociada da vida vivida — e do amor, essa grande metonímia poética da vida.

Uma das partes mais bem conseguidas deste livro intitula-se «Inocentíssimos plágios». Já os tínhamos encontrado em livros anteriores, mas nunca como aqui, os «inocentíssimos plágios». O poema que dá o título a esta secção retoma um dos mais belos poemas de amor do inglês do século XVII, John Donne, e recria-lhe o erotismo, lenta e deliberadamente saboreado na repetição demorada do texto. Os restantes são-lhe glosa no deslumbramento dos «jardins suspensos» da paixão (p. 71): «sei o teu carro de cor» — «(etimologicamente: / por dentro do coração)» (p. 60); ou, «a tarde está (cinzenta) e tu não estás» (p. 72); ou, «De pé sobre o abismo / e não morri» (p. 70).

Estes últimos versos são de «Orfeu do avesso». O «avesso» já vem de trás, de «Coisas de partir». Aparecera, discreto, em «Título por haver» (p. 71): «preciso de escrever-te / do avesso / para te amar em excesso». Mas em *Epopéias* é imagem recorrente e ganha dignidade de título: «Orfeu do avesso», que já vimos, e «Avesos contos de fadas». É preciso coragem para «virar o forro às palavras», ensinounos Vítor Matos e Sá, espreitar por detrás do que dizem para o libertar. Só assim saberemos, como sugere Ana Luísa Amaral, nesse belo poema que é «Avesos contos de fadas», que afinal o Romeiro é mesmo Ninguém-ninguém...

Maria Irene Ramalho de Sousa Santos

169

Jean Weiler e Bruno Carrier,
*L'Économie Non Conformiste
en France au XX^e Siècle*,
Paris, PUF, 1994.

Começamos por preceder a apresentação do conteúdo deste livro de dois conjuntos de perguntas, esperando que, no fim, seja evidente a sua relação mútua.

Eis o primeiro conjunto.

De que falamos quando, hoje em dia, falamos da *tribo* dos economistas? Falamos de um grupo com um discurso uniforme, legitimador da racionalidade instrumental do capitalismo, assente nos mesmos padrões técnicos de raciocínio e crescentemente transnacionalizado? Isto é: existe apenas *uma* tribo de economistas cujos rituais os leigos supõem historicamente unificados pelos mesmos procedimentos?

O segundo conjunto de perguntas é o seguinte. Como é que hoje se estabelece o

debate interno dentro da ciência económica? Há tendências estabelecidas para um debate plural? Esse debate ocorre por segmentos nacionais ou por segmentos problemáticos? É possível identificar algumas zonas fortes de discussão que influenciam diferentes tradições?

Vou procurar responder a estas questões, estando bem de ver que a formulação do segundo conjunto de perguntas supõe implicitamente certas respostas ao primeiro.

As perguntas iniciais são, obviamente, banais e retóricas. Quando se trata de pôr as questões no seu tempo longo é conhecido que é velha a conflitualidade interna da ciência económica. Isso apenas se pode ofuscar quando olhamos para o imediato. Porque é certo que a hegemonia das correntes dominantes se foi estabelecendo solidamente, à própria medida que o discurso económico foi usado pelo seu exterior como legitimador e a sua carga técnica se acentuou e passou a ser sinónimo de erudição. Nunca houve, portanto, uma tribo, houve várias tribos. E quem sabe isso melhor que ninguém são os próprios economistas, mesmo que alguns o finjam ignorar por sobrançeria. Os leigos é que, por vezes, o podem desconhecer, (voluntariamente) submetidos ao peso hegemónico da economia *standard*.

O que hoje importa saber é que sinais assume esta conflitualidade ou, se se preferir, este debate plural. Vou pressupor que o segundo conjunto de questões não é tão banal como o primeiro. Numa visão muito pessoal direi que o debate económico hoje é fortemente marcado por duas circunstâncias. Uma conjuntural e outra de longa duração, a que deve acrescentar-se uma terceira que é fruto de resultados já não apenas internos à ciência económica mas sobretudo produto de bons métodos interdisciplinares.

A circunstância conjuntural (própria dos anos noventa e muito marcado pelos debates americanos contemporâneos da caminhada de Clinton para a Casa Branca¹) é a que retira a tradição keynesiana da *ressaca* que lhe foi imposta pelas mais ortodoxas correntes, culturas do mercado e da não-política económica, redutoras do económico à noção mais radical e dura (o monetarismo, a corrente dos *supply siders*, a das expectativas racionais). O momento é, pois, o de uma conjuntura crítica favorável ao pensamento keynesiano, à coordenação das políticas económicas, à re-ligação público-privado. É uma conjuntura importante que não deve ser remetida para a natureza de uma simples querela entre economistas «duros».

A circunstância estrutural é a que remete para um património da longa resistência à noção estreita de *homo oeconomicus*, ao entendimento do modo de formação das preferências e da decisão, ao individualismo metodológico, às funções da interdisciplinaridade. Tem vários nomes esta tradição, mas um dos mais emblemáticos é o do institucionalismo americano², sobretudo do que se chama o «velho» institucionalismo. Institucionalistas são todos aqueles economistas que, mesmo sem «o saberem», isto é, sem assim se designarem e sem seguirem necessariamente a literatura muito específica em que se alimenta o debate, rejeitam os axiomas redutores e normativos da economia *main stream*. Aquele institucionalismo tem uma longa capacidade de resistência e é uma tribo muito unida e cheia de rituais: tem o *Journal of Economic*

¹ Veja-se a recensão que fiz para *Notas Económicas — Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, nº 4, 1994, a propósito de um livro de Paul Krugman.

² Um exemplo desta perspectiva está no livro de Geoffrey M. Hodgson, acabado de publicar em Portugal, *Economia e Instituições*. Oeiras, Celta, 1994.

Issues, atribui anualmente o *Veblen-Commons Award*³, organiza-se na *Association for Evolutionary Economics*. Trata-se de uma tradição alheia e até hostil ao pensamento neo-clássico, porque a sua principal pedra-de-toque é a discussão acerca da racionalidade económica e a proposta da interdisciplinaridade.

Mas ao lado deste há outro institucionalismo, chamado o «novo institucionalismo», muito mais conhecido, porque assenta em nomes como Douglass C. North, Ronald H. Coase (ambos prémios Nobel de anos recentes) ou Oliver E. Williamson, construiu a chamada «economia dos custos de transacção» e está na base de muita da investigação económica contemporânea que discute as formas organizacionais do capitalismo, a empresa, a contratualidade. Trata-se de uma escola interessante, rica mas problemática para quem tem uma visão crítica da economia. É que ela compatibiliza-se com a visão neo-clássica (isto é, parte dela e quer salvaguardá-la). Trata-se, portanto, de uma corrente que sendo criativa não desafia nada: é conformista e conforante (para que antecipemos a terminologia sugestiva da obra que serve de pretexto a esta recensão), assenta no individualismo metodológico e na «mão-invisível» do mercado.

Claro que um dos créditos e, até, um dos elogios a fazer a esta economia é que ela gera dissidências muito mais ricas ainda. De facto, há hoje uma investigação «para lá» da economia dos custos de transacção, tributária de nomes como os de Herbert Simon, que lida com questões como as do poder na organização económica ou as dos limites da racionalidade e se coloca claramente numa posição teórica e epistemoló-

gica crítica e não-convencional. Ela é, em muito, uma das sedes próprias da terceira circunstância a que acima aludi quando falei do debate plural na ciência económica de hoje (a dos bons métodos da interdisciplinaridade).

Com todas estas referências, aliás de raiz anglo-saxónica, como é que entra o livro a recensear, totalmente *franco-français*? Entra, desde logo, pela resposta a uma das questões iniciais: o debate interno à economia procede ainda muito por segmentos nacionais (ou, mais genericamente, por tradições separadas como a anglo-saxónica e a francófona).

Pois é certo que este livro se apresenta desde logo através do seu objecto muito preciso: o estudo das correntes económicas de língua francesa que assumiram a forma de uma «segunda tradição paralela», «sempre crítica perante as grandes correntes económicas dominantes (o liberalismo neo-clássico, o keynesianismo, o próprio marxismo)».

E o propósito do livro é duplo: recriar a memória dessa tradição, unificada sob esta perspectiva, manifestando-se assim contra um esquecimento lamentável; mostrar que, para além das individualidades brilhantes, há estruturas de pensamento que conferem uma «coerência impressionante» e geraram na economia francesa deste século um «não-conformismo cumulativo». Procura, portanto, mostrar que a diversidade é um dado forte do pensamento económico deste século, que tal diversidade se organiza de forma entendível e que é possível recensear os seus contributos através de (e em alternativa a) questões problemáticas importantes.

Quem são os não-conformistas franceses, estes cultores de uma alternativa às correntes dominantes, e o que é que os põe em comum? O primeiro deles é Walras, o

³ Fê-lo a nomes como Allan G. Gruchy, John Kenneth Galbraith, David B. Hamilton, Kenneth H. Parsons, Philip A. Klein, Wallace Peterson ou Ray Marshall.

mesmo da ortodoxia «walraso-paretiana» mais divulgada, que aqui tem lugar pela relevância dada à amplitude, menos conhecida, da sua obra, pela forte ligação a Charles Gide e à economia cooperativa. Com eles vêm aqueles que se manifestaram contra uma economia pura estática, desligada da economia aplicada, da economia social, de uma teoria da distribuição.

172

A uma economia walrasiana global, seguem-se aqueles que iniciaram uma boa tradição francesa sobre a teoria das crises (ainda hoje motivo fundador de escolas como a da regulação), isto é, sobre a inexistência de equilíbrios automáticos no funcionamento económico. Afinal todos os passos antecedentes daquilo que os autores chamam a galáxia ISMÉA⁴, o pólo não-conformista por excelência, capaz de ligar as marcas do início e do fim deste século na investigação económica francesa. Ele representa «a junção de duas das principais filiações não-conformistas de língua francesa, cada uma exprimindo um aspecto complementar da mesma tradição. O primeiro ramo prolongou a influência de Léon Walras através da de um discípulo heterodoxo, Etienne Antonelli, que influenciará directamente François Perroux, fundador do ISEA. A segunda linha não-conformista é incarnada por Sismondi, e por Albert Aftalion e Bertrand Nogaro» (pág. 85).

O ISMÉA é pois um caso de «sinergias interpessoais» que se prolongam em numerosas criações partilhadas. E aqui chegados é tanto de François Perroux que se deve falar, quanto de «um espaço atractivo», uma galáxia, o que mostra, aliás, que a criação inovadora se faz sempre e inevitavelmente neste cruzamento contingente, sem ponto

definido, da acção de personalidades individuais marcantes e de contextos colectivos.

As três revistas do Instituto (*Economie et Sociétés*, *Economie Appliquée* e *Mondes en Développement*), revelam os diversos campos problemáticos por onde a influência do pensamento crítico se vai espalhando, em relação, aliás, com outras influências não-francesas, por exemplo, as que estiveram ligadas, depois da segunda guerra mundial, à constituição da disciplina *Economia do Desenvolvimento*, uma terceira espécie, alheia simultaneamente às correntes neo-clássicas e keynesianas, no momento em que esta última tendia a ganhar forte hegemonia.

É assim que se consolida a economia do trabalho, com Henri Bartoli, as questões do desenvolvimento agrícola, com J. Klatzmann e L. Malassis, as relações económicas internacionais, com Maurice Byé e o próprio François Perroux, a história do pensamento económico e a epistemologia da economia, com Hubert Brochier, para além de várias outras áreas, revelando-se também a presença do que os autores chamam «uma sinergia conceptual».

Um caminho longo que, sem se ligar em cada ponto, converge para as heterodoxias deste fim de século, representadas em três grandes áreas de discussão: a corrente da regulação, os «anti-economistas» e as abordagens metodológicas da análise sistémica, das ciências da cognição e da prospectiva. Elas são os sinais de um pensamento não-conformista disperso, em transformação profunda⁵, e a necessitar, como se propõe, de uma atitude federadora. O capítulo final é-lhes inteiramente dedicado e

⁴ O ISMÉA é a designação adoptada depois de 1972 pelo *Institut de Sciences Économiques Appliquées-ISEA*, criado em 1943 por François Perroux. O M da nova sigla é de Matemáticas.

⁵ Sobre a renovação do pensamento regulacionista ver dois importantes artigos de R. Boyer em *Notas Económicas – Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, nº 3 e nº 4, 1994.

é uma peça importante acerca do que de mais interessante há na investigação francesa contemporânea, aliás, uma investigação cada vez mais internacionalizada, mantendo, contudo, algumas das virtualidades que lhe são próprias, muitas vezes cheias de valor criativo, quando comparadas com as de sede anglo-saxónica, frequentemente mais convencionais.

Três notas finais: Uma sobre a terminologia: não é essencial mas merece elogio esta ideia, presente no termo não-conformista, de que há uma capacidade longa de resistência na investigação económica. O livro mostra que ela merece ter uma memória, a qual se obtém pela evidência dos seus sinais de coerência. O facto de se definir pela negativa não ilude o sentido da luta e também não esconde que a agregação, sendo possível, se baseia sobretudo na recusa dos padrões e implica intuições e problemas de investigação muito diversos.

Outra nota sobre a estrutura do próprio livro: para além da introdução e dos quatro capítulos (Walras, Antonelli e Simiand, para ilustrar o debate crítico sobre a economia pura estática, o primeiro; Albert Aftalion e Bertrand Nogaro, sobre as crises e os equilíbrios automáticos, no segundo; o ISMÉA e Perroux no terceiro; as correntes contemporâneas, no último), há no final um repertório dos investigadores contemporâneos, um «quem-é-quem» bio-bibliográfico dos não-conformistas franceses, dos já citados a Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz, passando por Maurice Allais, Alain Cotta, Louis Dumont, Ignacy Saches, Gérard Destanne de Bernis e Pierre Dockès e chegando a André Orléan, Pierre Rosanvallon, Alexis Jacquemin, Michel Beaud, Michel Albert e Jean Pierre Dupuy, para só anotar alguns dos mais referenciados em Portugal.

A nota final é sobre os autores: Jean Weiller é um professor de 90 anos, especialista de economia internacional, criador da

noção de «preferências de estrutura» que, com a de «grande unidade interterritorial» de Maurice Byé, esteve muito presente na investigação de Perroux sobre os «efeitos de dominação». Bruno Carrier é um jovem investigador de um pouco mais de 30 anos, que trabalha sobre economia multidimensional e política económica internacional.

José Reis

173

Malcolm Waters, (1994),
Modern Sociological Theory,
London, Sage.

A sistematização e análise do pensamento sociológico é uma tarefa que de um modo geral tem ocupado um papel importante no labor intelectual dos sociólogos ditos teóricos. Desde o trabalho clássico de Pitirim Sorokin, *Contemporary Sociological Theories* (1928), até aos dias de hoje, encontramos uma multiplicidade de propostas de organização das teorias sociológicas. De uma forma ou de outra, podemos dizer que estas propostas sempre sofreram as influências dos quadros teóricos historicamente dominantes, gerando-se uma relação dialéctica de mútua dependência entre as «estruturas» teóricas existentes e o modo como são ordenadas. Num contexto teórico como o actual, caracterizado pela ausência de paradigmas dominantes e pelo eclectismo e pluralidade das abordagens teóricas da sociologia, foram-se multiplicando igualmente os critérios de «categorização» teórica utilizados pelos que, operando num registo de organização/sistematização (Carriho, 1982, 1987) do conhecimento/saber sociológico, procuram proceder à sua identificação, ordenação, classificação, comparação e análise.

A Sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Sociologia e a Análise Metateórica (sobretudo esta última), ao tomarem por objecto de estudo a relação entre o conhe-

cimento e os contextos da sua produção, a análise paradigmática e a investigação e análise das próprias teorias, criaram as condições de visibilidade da natureza problemática da actividade organizadora e sistematizadora do conhecimento sociológico. No âmbito desta discussão, merecem particular destaque a análise metateórica desenvolvida por George Ritzer (1991, 1992, 1992a), nomeadamente o subtipo de análise metateórica (Mu), que tem por objectivo «proporcionar métodos sistemáticos de compreensão, avaliação, crítica e melhoria das teorias existentes» (1992a: 656), e a «análise metateórica» proposta por Walter Wallace, que se define como «o estudo estritamente descritivo (e por vezes prescritivo) das teorias em si» (1992: 53). Das múltiplas estratégias seguidas na organização e sistematização do pensamento sociológico, nos dão conta, entre outros, os autores já referidos, não sendo este o lugar para aprofundarmos esta questão.

Surgem estas considerações a propósito do livro de Malcolm Waters, *Modern Sociological Theory*, que nos traz uma tese interessante do ponto de vista da sistematização das teorias sociológicas. A obra encontra-se organizada em 10 capítulos. No 1º Capítulo, o autor procura fundamentar a opção metodológica de organizar as várias teorias e autores em torno de conceitos considerados fundamentais enquanto, no último capítulo, faz um balanço sobre o actual estado da teoria sociológica. Os capítulos intermédios, que tratam de expor a matéria teórico-conceptual, apresentam uma estrutura muito semelhante. Em primeiro lugar, surge a apresentação e definição do conceito ou tópico em torno do qual se organiza o capítulo; em segundo lugar, procede-se à identificação dos «argumentos fundadores» que estiveram na origem da actual reflexão teórica; em terceiro lugar, dá-se conta dos desenvolvimentos teóricos contemporâneos; em quarto lugar, apresenta-se uma conclusão que sumaria e sintetiza os principais aspectos abordados ao

longo do capítulo; em quinto lugar, é feito um balanço crítico das teses estudadas; e, finalmente, em sexto lugar, aconselha-se um conjunto de leituras para aprofundamento da temática. Os conceitos fundamentais que estruturam cada um dos capítulos são os seguintes: *Agency* (Cap. 2); Racionalidade (Cap. 3); Estrutura (Cap. 4); Sistema (Cap. 5); Cultura e Ideologia (Cap. 6); Poder e Estado (Cap. 7); Diferença Sexual e Feminismo (Cap. 8); Diferenciação e Estratificação (Cap. 9).

Centremo-nos na estratégia de categorização teórica e nos pressupostos teóricos subjacentes à análise do autor. Podemos identificar os seguintes pressupostos teóricos: primeiro, recusa de uma organização das teorias sociológicas quer por escolas de pensamento, quer, de forma casuística, por autores; segundo, defesa da existência de uma «tradição teórica em Sociologia» que pode ser transmitida; terceiro, a ideia de que as teorias que fazem parte desta tradição abordam questões comuns; quarto, as várias abordagens teóricas, ao debruçarem-se sobre essas questões fazem-no de uma forma polémica, que revela a discordância, por vezes irreconciliável, entre muitas das propostas; quinto, o desacordo e os debates entre as várias abordagens teóricas têm sempre lugar dentro do mesmo universo de discurso (cf. xi).

Uma das ideias basilares da «estratégia de categorização» teórica seguida pelo autor é a de que, apesar de existirem «abordagens completamente irreconciliáveis» do ponto de vista teórico, estas partilham o mesmo universo de discurso. Mas se a «irreconciliabilidade» teórica — num outro registo diríamos «conflitualidade» (Nunes, 1982; Santos, 1987; 1989) — é característica do campo teórico da Sociologia, como delimitar esse campo do jogo teórico? Quais os parâmetros do «universo discursivo» partilhado pelas várias teorias?

O autor defende que «os contornos desse universo surgem através de quatro conceitos que a teoria não pode nunca ignorar:

agency, racionalidade, estrutura e sistema». Tenta, assim, demonstrar «em primeiro lugar, que estes são os focos do debate teórico e, em segundo lugar, que estes conceitos básicos não podem deixar de ser utilizados quando se procura teorizar fenómenos tão concretos como o poder ou como a diferença sexual socialmente construída (*gender*) (xi)».

A perspectiva defendida de que existe uma tradição teórica na Sociologia que pode ser captada por uma «estrutura» de conceitos que, apesar das divergências entre as várias abordagens teóricas, delimitam o «universo discursivo» partilhado pelos sociólogos é um exercício intelectual que lembra *mutatis mutandis*, entre outros, os trabalhos, já dados, de Robert Nisbet e de Guy Rocher.

Quase dispensa apresentações Robert Nisbet e *The Sociological Tradition* (1966), onde igualmente se recusa uma organização do pensamento sociológico por autores ou por escolas, o que conduz a uma abordagem «que não parte nem dos homens nem dos sistemas mas das ideias que constituem os elementos dos sistemas» (p.16). Mostra ainda o autor a importância dos cinco conceitos tradicionais da Sociologia que considera relevantes para a análise sociológica: comunidade; autoridade; *status*; sagrado; alienação. Por seu lado, Guy Rocher (1982 [1970]) propôs-se estruturar o pensamento sociológico em torno de três noções fundamentais: acção social, organização social, e mudança social e acção histórica (p. 14/15), constatando também que, apesar das «divergências de opinião entre os sociólogos» (p. 11) «forjou-se uma linguagem, definiram-se conceitos; elaboraram-se tipologias e construíram-se modelos ou esquemas teóricos» (p. 9/10) e que «certas orientações da reflexão sociológica conseguiram alcançar unanimidade suficiente entre os principais teóricos contemporâneos» (p. 12). Mais recentemente, seguindo uma estratégia apenas em certo sentido análoga, Randall Collins (1994) identifica as quatro tradições teóricas que

lhe parecem mais importantes para a Sociologia — a tradição do conflito, a tradição racional/utilitarista, a tradição durkheimiana e a tradição microinteraccionista — sistematizando em torno delas os contributos teóricos que lhe parecem mais importantes. Este tipo de abordagem do pensamento sociológico, embora não seja o mais comum, é por certo dos mais interessantes. No livro de Malcolm Waters, a aplicação deste tipo de metodologia à sistematização e organização do pensamento sociológico permite relacionar um autor e/ou escola com mais de uma das noções identificadas, ainda que alguns autores e/ou escolas sejam normalmente associados apenas a uma das noções. Por outro lado, torna-se praticamente inevitável reconhecer a importância das tradições teóricas da Sociologia que dão origem às diferentes perspectivas teóricas contemporâneas, pois elas são não só o cimento agregador do plural universo discursivo da sociologia, mas também o *locus* da acumulação de conhecimentos sobre o social.

Esta estrutura flexível faz com que mesmo os tópicos considerados «fundacionais» envolvam diferentes análises teóricas. Por exemplo, o capítulo sobre o conceito de *agency* dialoga não só com as teorias de Mead, Schultz e Giddens, mas também com a perspectiva funcionalista de Parsons e com a teoria crítica de Habermas. Por outro lado, podemos relacionar por exemplo Parsons com os conceitos de *agency*, sistema e estrutura. O livro permite assim uma leitura que vá fazendo sucessivos cruzamentos entre autores e conceitos ou vice-versa. Em síntese, diríamos que cada capítulo procura compaginar a principal ou principais tradições teóricas que estão ligadas ao conceito-chave com um certo eclectismo teórico que selecciona perspectivas consideradas relevantes.

Outro aspecto importante no que concerne à «estratégia de categorização teórica» seguida pelo autor é o da própria noção de teoria. Embora desempenhando um papel

central no seio da disciplina «a teoria sociológica não é um projecto unificado nem completo. Encontra-se diferenciado através de focos de interesse especializados que só parcialmente se encontram ligados» (p. 1). Reveladores das características do campo teórico da Sociologia são a falta de «unificação teórica» e o estatuto «mítico» dos dilemas ou dualismos teóricos como sejam, entre outros, o macro e o micro, acção e estrutura, materialismo e idealismo, individualismo e holismo, racionalismo instrumental e comunicacionismo, neutralidade valorativa e relevância valorativa, etc., que têm lugar cativo nas agendas de investigação dos «recentes movimentos teóricos» visto constituírem-se por antonomásia nos principais objectivos da síntese e integração teóricas.

O facto de a Sociologia ainda não ter conseguido resolver os dualismos supra-citados, para além de promover a reflexão teórica em torno dos mesmos, tem levado a que alguns autores optem por focar precisamente «estas oposições como debates permanentes» (p. 1), que necessitam de ser resolvidos «se não quisermos que a teoria sociológica se transforme num fracasso». Ao abordar esta problemática, o autor considerará que «teorizar é mais um processo do que um efeito e, enquanto estas oposições estiverem presentes na teorização de questões substantivas, a teoria sociológica poderá progredir da mesma forma que a física tem progredido» (p. 1). Ou seja, em vez de resolver essas questões de forma mais ou menos abstracta — o que poderá ser impossível — o que a teoria sociológica tem de fazer é usá-las como premissas para a teorização.

No modelo de análise proposto, são de destacar três elementos fundamentais. Em primeiro lugar, a discussão do que é a teoria e como é praticada; em segundo lugar, a identificação das principais abordagens da teoria sociológica, evidenciando-se a ligação entre as teorizações mais recentes e os clássicos; em terceiro lugar, a identificação

dos conceitos centrais da teoria sociológica que estruturam cada um dos capítulos (cf. p. 2). Detenhamo-nos um pouco em cada um destes elementos.

No que concerne ao primeiro tópico, o autor identifica três tipos básicos de teoria — formal, substantiva e positivista — avançando também com uma grelha classificatória das diferentes práticas e estratégias de teorização. Em ambos os casos tem o cuidado de ir associando a tipologia das teorias e a grelha das práticas de teorização aos autores e escolas estudados no livro (p. 3 a 5). A identificação das principais abordagens teóricas da Sociologia — falamos já do segundo tópico — é feita com o auxílio do esquema de análise teórica desenvolvida por Jeffrey Alexander (1982), o qual foi «redesenhado» pelo autor do livro. O principal objectivo deste esquema é interrogar-se «acerca dos principais pressupostos ou hipóteses da teoria» (p. 5). O esquema faz duas distinções e correlaciona-as para produzir quatro tipos de teorização. A primeira distinção respeita àquilo que o teórico acredita serem os elementos que cobrem o mundo social, os elementos que o constituem. O teórico pode optar pela perspectiva (subjectiva) de que o mundo social consiste em criações, interpretações, sentidos e ideias do pensamento ou dos sujeitos actores ou pela perspectiva (objectiva) de que a condição humana se caracteriza por um conjunto de regras comuns e imutáveis em que não há qualquer oportunidade de escolha ou de intenção. A segunda distinção relaciona-se com o tipo de explicação oferecida pelo teórico. No primeiro tipo de explicação (individualista), o mundo social é «reduzido» às características de cada um dos seus sentidos ou interesses isolados. O segundo tipo de explicação (holista) refere-se aos todos, sejam eles sistemas de ideias colectivos ou condições materiais partilhadas. A aplicação deste esquema dá origem a quatro tipos de teorização: construcionismo (subjectivo/individualista); utilitarismo (objectivo/individualista); funciona-

lismo (holístico/subjectivo); estruturalismo crítico (holístico/objectivo). Para cada uma destas tradições podem ser especificadas três fases: «uma fase clássica em que cada um dos tópicos básicos de interesse é identificado; uma fase moderna em que cada posição teórica é elaborada e desenvolvida; e uma fase contemporânea ou pós-moderna em que a tradição está sujeita a uma combinação entre a revisão e o pastiche» (p. 5, 6). Ainda segundo o autor, os quatro tipos de teorização identificados representam tradições sociológicas que têm sido reformuladas no período contemporâneo sem deixarem de estar ligadas aos seus antecessores clássicos, com particular destaque para Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim.

O terceiro elemento do modelo de análise teórica diz respeito à metodologia utilizada na selecção dos componentes da «estrutura» conceptual. São utilizados dois conjuntos de conceitos ou tópicos conceptuais. «Os primeiros quatro destes tópicos são identificados como fundadores em cada uma das quatro abordagens teóricas» acima identificadas (p. 11). Eles são os seguintes; *agency* (construcionismo); racionalidade (utilitarismo); sistema (funcionalismo); e estrutura (estruturalismo crítico) (p.11).

O segundo conjunto de tópicos conceptuais é mais substantivo do que formal, o que torna controversa a sua selecção, visto existir «uma discussão muito maior acerca dos tópicos substantivos centrais da Sociologia» (p. 12). Os conceitos são: «cultura e ideologia», «poder e Estado», «diferença sexual e feminismo» e «diferenciação e estratificação». Os critérios seguidos na sua selecção foram os seguintes: generalidade, ubiquidade, carácter controverso e centralidade.

O livro apresenta-nos também uma reflexão interessante e de algum modo radical sobre o estado da teoria sociológica contemporânea. O autor reprova o que apetece designar por reflexos do paradigma hamletiano na prática da teoria sociológica: a indecisão

e relativismo expressos na literatura sobre as capacidades da teoria sociológica para oferecer um conjunto de respostas unificadas a questões como «porquê a sociedade?», «porquê a ordem social?» ou «qual é o sentido da vida social?». Contrariamente, o autor (integrando-se no que designaríamos por paradigma pombalino da prática teórica) desenvolve uma proposta pragmática para a teoria sociológica caracterizada por quatro aspectos. Primeiro, por indicar as coisas mais importantes que se podem dizer acerca do mundo social no actual momento de desenvolvimento da sociologia (cf. p. 350/351); segundo, por identificar as práticas teóricas que «a teoria tem que evitar» (p. 352); terceiro, por salientar as práticas teóricas que devem ser seguidas (p. 352); quarto, por considerar que «reagrupar a teoria à volta de uma série de tópicos» poderá fornecer «os principais caminhos no desenvolvimento teórico futuro» (p. 354).

Apesar de a empresa levada a cabo por Malcolm Waters operar num domínio de «alto risco teórico» por implicar escolhas e estas serem quase sempre passíveis de se traduzirem em matéria controvertida — por exemplo, é muito discutível que o autor, ao estudar o conceito de *agency* não refira os trabalhos de Pierre Bourdieu e de Margaret Archer, que só virá a utilizar no estudo do conceito de cultura; e por que não escolher conceitos como os de economia, trabalho, regulação ou direito? — julgamos, no entanto, que a proposta é das mais proficuas no domínio da análise teórica.

A sua estratégia de categorização teórica, embora se desenvolva num contexto didáctico/organizativo que visa um melhor esclarecimento dos quadros teóricos existentes na Sociologia, pode ser extrapolada e utilizada analogamente quer com o objectivo de produzir novas teorias, quer com o objectivo de contribuir para a uniformização da linguagem sociológica.

Pela importância que têm os conjuntos de conceitos ou a estrutura conceptual utili-

zada, gostaríamos que o autor tivesse aprofundado esta questão, esclarecendo-nos acerca da relação entre «ciência e linguagem» (Santos, 1989:126 e ss), acerca da possibilidade de «uniformização conceptual» (Wallace, 1992), acerca da «matriz disciplinar» da Sociologia (Wallace, 1988), ou sobre o «uso científico dos conceitos» (Blumer, 1982).

Do nosso ponto de vista, a discussão sobre o uso da linguagem sociológica deverá ocorrer balizada por um contínuo em que num dos pólos se encontram as posições positivistas (várias), para as quais a linguagem e os conceitos utilizados pelos sociólogos são um elemento imprescindível para a acumulação do conhecimento sociológico, estando num outro pólo as posições hermenêuticas (várias), para as quais a interpretação e a fixação dos sentidos linguístico-conceptuais são um jogo em aberto, não sendo a acumulação do conhecimento uma questão fundamental. Pensamos igualmente que, quando se trata de discutir questões conceptuais nas ciências sociais, se torna imprescindível trazer à colação a noção de «facto social total» (Mauss) e a noção de «totalidade» de raiz frankfurtiana.

Bibliografia

- Blumer, Herbert (1982/1969), *El Interaccionismo Simbólico: Perspectiva Y Método*, Barcelona, Hora Sa.
- Carrilho, M. Maria (1982), *O Saber e o Método*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Carrilho, M. Maria (1987), *Razão e Transmissão da Filosofia*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Collins, Randall (1994), *Four Sociological Traditions*, Oxford, Oxford University Press.
- Nisbet, Robert (1993), *La tradition sociologique*, Paris, PUF.
- Nunes, A. Sedas (1982), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença.

- Ritzer, George (1992a), «Methateorizing in Sociology — Explaining the Coming of Age», in Ritzer (ed.) *Methateorizing*, Newbury Park, Sage, 7-26.
- Ritzer, George (1991), *Methateorizing in Sociology*, Lexington Books.
- Ritzer, George (1992), *Sociological Theory*, New York, MacGraw-Hill.
- Rocher, Guy (1982), *Sociologia Geral*, Lisboa, Presença (1970).
- Santos, Boaventura de Sousa (1987), Relatório sobre a disciplina de Introdução e Metodologia das Ciências Sociais, Coimbra, FEUC.
- Santos, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento.
- Wallace, Walter (1988), «Toward a Disciplinary Matrix in Sociology», in *Handbook of Sociology*, (ed.) N. J. Smelser, Newbury Park, Sage, 23-76.
- Wallace, Walter (1992), «Metatheory, Conceptual Standardization, and the Future of Sociology», in Ritzer (ed.), *Methateorizing*, Newbury Park, Sage, 53-68.

António Casimiro Ferreira

Maria Teresa Ferreira Alves
e Teresa Cid (org.),
Melville,
Lisboa, Colibri, 1994.

De entre os escritores americanos mais importantes do século XIX, Herman Melville (1819-91), não obstante os estudos críticos e académicos de que tem sido alvo (e que impressionam tanto pela quantidade como pela qualidade), permanece o escritor mais difícil de classificar e categorizar, e aquele que menos se encaixa em qualquer das histórias ou paradigmas existentes da literatura americana. (Ou então, encaixa apenas naquela história, em parte derivada do pró-

prio Melville, que nega o valor ou mesmo a possibilidade de uma história da literatura americana, substituindo-a por uma crónica, sublime de figuras titânicas, cujo lugar na história se predica justamente pela sua capacidade de transcender o contexto e a própria história). A carreira literária de Melville, que teve um êxito enorme como escritor de histórias marítimas na década de 1840, sofreu sérios reveses nos anos cinquenta; a partir dessa altura, as suas obras foram publicadas anonimamente ou sob pseudónimo, até que o autor deixou mesmo de publicar. (a sua última obra, *Billy Budd*, teve publicação póstuma em 1924). Escritor de histórias de aventuras, poeta, transcendentalista, pescador de baleias, oficial da marinha mercante, funcionário de alfândega, entusiasta da democracia americana e crítico do imperialismo americano nascente, Melville é um desafio a qualquer explicação ou comparação, e resiste de forma irredutível a enquadramentos de período, movimento ou facção. Fantasma romântico? Sobrevivente da «Renascença Americana»? Proto, ou paleo-modernista? Tal como as suas grandes criações — Bartleby, *Billy Budd* ou a própria *Baleia Branca* — Melville é tão fascinante quanto exasperante; sempre perseguido, encontrado por vezes, mas nunca possuído ou definitivamente conhecido.

É certo que estes dois aspectos — ou seja, que Melville tem sido explicado muitas vezes, porém permanece enigmático — não estão dissociados nem são insignificantes ou obra do acaso. Na verdade, este paradoxo não só informa (e frustra) as nossas tentativas de leitura de Melville, mas está inscrito no cerne mesmo da sua obra. Torna-se, por isso, tentador juntar Melville àqueles escritores (como, por exemplo, Blake, Poe ou Hopkins) de quem já se disse: «Não sabemos lidar com eles porque os seus contemporâneos não souberam lidar com eles». Trata-se de poetas que, faltando-lhes uma «morada na história», estão para sempre destinados a receber correio

transviado, enquanto a carta há muito esperada e o cheque com que se contava vão inevitavelmente ter a outro sítio qualquer. Por mais sedutora que seja, esta história dá-nos, quando muito, uma explicação apenas parcial. Talvez seja até mais correcto dizer que parte do problema é que «nós» sabemos bem de mais como lidar com Melville. Como observa Earl Rovit no ensaio de abertura da obra em análise, gerações sucessivas de «new-critics» e críticos freudianos, marxistas, estruturalistas ou pós-estruturalistas foram fazendo um gostinho ao dedo na obra de Melville, e todos eles (como Ishmael nos diz que deveria ser), em nome das respectivas divindades e suas formas apropriadas, produziram trabalho válido. Tão-pouco basta dizer que a obra de Melville sobrevive e continua a ser lida, já que, para usar a formulação de Frank Kermode, ela é «suficientemente complexa e indeterminada para nos permitir as nossas pluralidades necessárias». É certo que sim, mas isso não a distingue de muitas outras obras. O que se poderá perguntar é por que é que isso não foi verdade, como é óbvio que não o foi, para os contemporâneos de Melville e para as gerações que imediatamente se seguiram (Teresa Cid, num ensaio que discute de forma relevante esta questão, observa que o número actual de vendas anuais de *Moby Dick* excede o número total de vendas feitas antes de 1900). O que é importante reconhecer é até que ponto, como já referi, estas questões de interpretação, significação, pluralidade, indeterminação, etc., são preocupações centrais na escrita de Melville. Para usar as palavras de Massimo Bacigalupo em «Reading the Melville Macrotext», «... uma das atitudes fundamentais em Melville é decerto a leitura e interpretação dos sinais do mundo.»

Melville, uma colectânea de pequenos artigos primeiro apresentados num colóquio dedicado a Herman Melville, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e organizado por Teresa Ferreira de

Almeida Alves e Teresa Cid (que também são responsáveis por este volume), ilustra a variedade e a vitalidade dos estudos melvilianos. Os diferentes ensaios, organizados em três secções, analisam e apreciam as qualidades da obra de Melville acima esboçadas.

O primeiro grupo de textos, descrito pelas organizadoras como «dando ênfase às realizações de Melville como autor americano» incide sobre os aspectos transgressivos da obra de Melville e sobre a sua «natureza polissémica». O ensaio de Earl Rovit, «Melville and the Discovery of America», postula os termos «descoberta» e «apocalipse» como sendo etimologicamente cognatos (a palavra grega *apokalypsein* também significa «des-cobrir» ou «pôr à vista»), e, ao articular esta perspectiva com as dicotomias metáfora/metonímia e *fabula/syuzhet*, defende a relevância dos dois sentidos para a leitura de Melville. O texto de Lee Clark Mitchell, «Melville's Melodramatic Imagination» e o de Maria Helena Paiva Correia, «Moby-Dick — Some Details Definitely Matter», discutem a manipulação e a transgressão, por parte de Melville, das categorias e convenções dos géneros. A análise que Teresa Alves oferece de *The Piazza Tales* dá ênfase ao uso que Melville faz de *The Faery Queen* de Spenser como elemento temático e como artifício estruturador. Reconhecer «Reading the Melville Macrotext», de Massimo Bacigalupo, como o texto mais saliente deste primeiro grupo, de modo algum se reflecte de forma negativa nos restantes. Começando por definir o «macrotexto» como o cânone total da obra de Melville, Bacigalupo estabelece a sua unidade essencial, e, através de uma leitura de *John Marr and Other Sailors*, demonstra como cada obra individual é informada pelo macrotexto e contribui para a sua totalidade. Um dos pontos fortes de *Melville* é o espaço devotado à poesia de Melville — um aspecto da sua obra que frequentemente é algo negligenciado. A este respeito, merecem menção os textos de

Mário Avelar e Maria João Fernandes Ventura.

Os dois artigos incluídos na segunda e mais curta secção desta colectânea abordam a obra de Melville na sua relação com o cinema e o vídeo. O texto de Teresa Cid, «Introducing Melville to a Contemporary Audience», analisa o vídeo *Melville*, da Authors Series, Journal Films, e compara a luz que lança sobre a obra do escritor com a de uma análise literária mais convencional de *Benito Cereno*. Ao reconhecer o potencial valor pedagógico de vídeos deste género naquela que é normalmente referida como a era pós-Gutenberg, observando com astúcia que este tipo de produtos (assim como a moda actual da biografia) se enraízam numa frustrada «vontade de presença», Teresa Cid chama finalmente a atenção para o valor real do vídeo que analisa, mostrando como ele não quer, ou não consegue, lidar de forma adequada com o elenco total da obra de Melville ou com as complexas questões que esta encerra. Em «Moby Dick de John Huston. Modelo para uma *Traição Fiel*», Mário Jorge Torres defende que, ao rejeitar o grau de fidelidade às palavras originais, convencionalmente exigido em adaptações cinematográficas de grandes obras literárias, John Huston cumpre, com o seu filme *Moby Dick*, uma fidelidade mais elevada ou verdadeira. Uma fidelidade mais elevada ou verdadeira, porque conseguida nos termos adequados ao meio de comunicação escolhido pelo realizador — o cinema. O ensaio estabelece hábeis relações entre o filme *Moby Dick* e outros aspectos da vida e da carreira de John Huston; por exemplo, o seu interesse continuado pela filmagem de grandes obras literárias e a morte do pai. O leitor fica também devedor de Mário Jorge Torres pela lista de versões cinematográficas das obras de Melville (com início no ano de 1925), assim como pela lista dos filmes de Huston sobre «importantes obras literárias» (embora, em meu entender, a versão de Huston de B. Traven, *The Treasure of Sierra*

Madre, de 1947, pudesse também aqui ser incluída).

A terceira secção, dedicada à relação de Melville com outros autores, abre com um estudo rigoroso de George Monteiro sobre Camões e Melville. «Melville's Camões and the Figure of the Artist» começa por fazer um levantamento da «ampla evidência» do interesse de Melville por Camões, para depois fazer, de forma breve mas competente, uma retrospectiva da sua recepção crítica, em português como em inglês. Em seguida, George Monteiro sugere, pela leitura atenta de alguns poemas mais curtos de Melville, «que as circunstâncias da vida de Camões se foram tornando cada vez mais emblemáticas para Melville...», ao ponto de este, para o fim da vida, se ter identificado com Camões «como um membro do panteão de grandes escritores épicos que, em vida, não foram decentemente tratados or adequadamente apreciados.» As leituras que oferece de «The Fortitude of the North under the Disaster of the Second Manassas» e de dois poemas tardios de Melville («Camões» e «Camões in the Hospital») são particularmente significativas, se não mesmo convincentes. Maria João Fernandes Ventura, em «*Battle Pieces*, de Melville e *Drum Taps*, de Whitman», compara o tratamento da Guerra Civil Americana pelos dois poetas e defende que «... a atitude mais distante e céptica...» de Melville lhe permite transcender o momento histórico imediato da Guerra Civil e, ao fazê-lo, criar uma poesia de guerra que antecipa de forma significativa grande parte da moderna poesia de guerra. Maria Irene Ramalho de Sousa Santos e Mário Vítor Bastos exploram as ligações de Melville com escritores norte-americanos contemporâneos. Este, em seu «Herman Melville and the Poetry of W. S. Mervin», esboça um padrão complexo de preocupações partilhadas e de ecos de Melville na obra de Merwin, desde a sua mais jovem poesia do mar ao seu interesse mais recente pela Polinésia. Maria Irene Ramalho, em «Plagiarism in

Praise»: Paul Auster and Melville» — uma leitura lúcida, pormenorizada e bem conseguida da presença de Melville em *New York Trilogy* de Paul Auster — descobre no uso lúdico que Auster faz da convenção e da tradição, bem como na sua prática arguta e paródica da citação («formas de empréstimo»), um entendimento precioso das figuras canónicas da Renascença Americana e uma continuação e louvar da sua prática enquanto escritores. Por fim, em «Herman Melville and Europe: Eugénio de Andrade in "Plaza del Vento"», Adelaide Batista considera a influência de Melville em escritores europeus, incidindo em especial nos Açores (local privilegiado de intercâmbio cultural transatlântico) e na escrita de Eugénio de Andrade. Tal como a autora explicitamente refere, este é um trabalho de homenagem — a Melville e aos escritores portugueses por ele influenciados; mas é também uma compilação de informação interessante e nova (pelo menos, para mim), e, como tal, um ponto de partida útil para alguém que deseje explorar de forma mais aprofundada este tema fascinante.

Stephen Wilson
(Tradução Clara Keating)

Isabel Caldeira (org.),
*O Cânone nos Estudos
Anglo-Americanos*,
Coimbra, Minerva, 1994

Em 1990 a National Association of Scholars dos Estados Unidos da América fazia publicar nas revistas literárias, como publicidade paga, uma declaração intitulada «Será que o Currículo Enferma de Preconceitos?». Aí aquela associação dava mostras da sua preocupação com a promoção generalizada, por parte de instituições do ensino

superior, de «obras de qualidade inferior», numa alegada campanha cujo exclusivo intuito consistiria em «introduzir a polémica nos currículos universitários». A acusação não era de molde a causar surpresa. Ela inscrevia-se na ampla discussão travada no campo cultural e em particular no mundo da academia durante os anos da administração Reagan, uma discussão que, embora especialmente mais acesa quando transformada em guerrilha ideológica pelas forças conservadoras, não deixou de suscitar o interesse apaixonado de intelectuais de outros quadrantes («Mas que mefíticos infantários se tornaram os nossos departamentos de Literatura!», vociferava Gore Vidal em 1985).

O pomo maior da discórdia residiria, precisamente, no chamado cânone literário, questão que assume duas facetas essenciais: por um lado a rejeição dos padrões tradicionais de crítica e valorização, e por outro a renegociação do *corpus* de obras incluídas nos programas a leccionar, uma vez abandonada a fixação reverencial pelos clássicos¹. Obviamente entrelaçadas, as duas questões vieram colocar desafios tão estimulantes no plano da estética quanto inquietantes no domínio político, não apenas por prefigurarem a legitimação de toda uma produção cultural proverbialmente marginalizada, mas sobretudo por ameaçarem abalar os fundamentos da cultura dita humanista propagada ao longo de muitas gerações pelas escolas e pelo processo educativo dominante nos continentes europeu e americano (outra vez os bárbaros a bater ao portão...).

A controvérsia em torno do cânone literário é apenas uma de uma série de discussões profundas que nas últimas décadas tem atravessado o meio académico e, mais genericamente, o campo intelectual e cultu-

ral nos Estados Unidos. Outras tem havido, com efeito, de igual ou maior impacto, que muito se lhe assemelham nos seus principais contornos e padrão evolutivo. Afrontamento epistemológico e ruptura; bipolarização do debate e crispação das facções; politização do confronto; e finalmente a tradução deste (com naturais efeitos de trivialização) para a cena pública nacional e até internacional, são as sucessivas fases por que passou, a seu tempo, a discussão de questões como por exemplo a oposição entre alta cultura e *popular culture*, o multiculturalismo, o «fim da História», ou o «politicamente correcto». Questões aparentemente diversas, mas efectivamente relacionadas, pois que cada uma terá servido, à sua maneira e de forma mais ou menos diferida, de cavalo de batalha na luta político-ideológica entre esquerda e direita nos Estados Unidos².

Dado o exposto, o que é antes de mais interessante verificar é a quase ausência de repercussão, no nosso país, do debate sobre o cânone. Isso mesmo é verificado por Maria Irene Ramalho de Sousa Santos na sua introdução à colectânea, onde sustenta que tal se deve às distintas configurações histórico-sociais das realidades portuguesa e norte-americana: «Decerto porque não existem entre nós grupos sociais com memórias e projectos nacionais muito diver-

² Um combate em que a vitória, na óptica de Michael Denning — estudioso presente nesta colectânea, e ele próprio autor de um importante estudo sobre o romance popular e a cultura operária nos Estados Unidos —, parece querer pender para o lado das forças da mudança: «Muita da veemência do ataque dirigido ao "politicamente correcto" advém de uma relutância em reconhecer como é persuasiva certa prática pedagógica e de investigação da esquerda, bem como em admitir o êxito por que essa prática se saldou no mercado de ideias académico. Sinal, precisamente, deste êxito é o surgimento da expressão Estudos Culturais.»

¹ Caldeira, 1994, p. 47. As referências aos textos incluídos na colectânea aqui sob recensão são doravante assinaladas pela respectiva página entre parênteses no corpo do texto.

gentes, o problema do cânone literário e cultural não nos apaixona da mesma forma que apaixona o mundo de língua inglesa» (15). Seja como for, e porque a importação de algumas das controvérsias acima referidas tem implicado entre nós, para além de impertinentes distorções, pouco mais que a mera repetição dos seus aspectos mais superficiais e anedóticos, é francamente de saudar — pela contextualização e compreensão do fenómeno em toda a sua complexidade, pela profundidade e amplitude da abordagem, e pelo esforço de *atualização* para a situação portuguesa — a publicação de *O Cânone nos Estudos Anglo-Americanos*, actas do Encontro com o mesmo nome realizado em Fevereiro de 1991 pelo Grupo de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Cânone, esclarece o dicionário, é a lista de livros reconhecidos ou aceites como pertencentes à *Bíblia*. Ou seja, para o presente efeito, pertencentes ao putativo património literário comum da humanidade, o que, feitas as contas, significa normalmente um punhado de obras de autores europeus ou americanos, do sexo masculino, e já há muito enterrados. Já nesse capítulo o conjunto de estudos aqui coligidos se revela bem representativo, quer pela leitura refrescantemente inusitada de autores consagrados (Samuel Beckett por W. J. McCormack, Ezra Pound por Stephen Wilson), quer pelo espaço conferido às vozes de literaturas subalternizadas.

Quer dizer, o que define o canónico e finalmente lhe dá sentido é nada menos que o Outro, como eruditamente demonstra Stephen Reckert (77). E porque em última análise é a distribuição desigual de poder que determina a diferença entre a canonização e a excomunhão ou (pior ainda) a simples invisibilidade, faz igualmente todo o sentido distinguir, segundo este mesmo autor, línguas canónicas e não-canónicas. O texto de Martin A. Kayman, centrado na importância económica e ideológica da língua

inglesa no contexto planetário actual, dá perfeita continuidade a esta linha de pensamento, contribuindo, juntamente com as participações de C. B. Cox, M. Trevor Shanklin e Robert Chatel, para um dos filões mais fortes e originais do volume em presença. Finalmente, é ainda em termos de tensões várias e de um jogo de poder entre centro(s) e periferia(s) que melhor se entende o testemunho dado pelo escritor canadiano Robert Kroetsch sobre a posição relativa da produção literária do seu país, quer dentro de fronteiras, quer na bolsa de valores da literatura mundial.

A arrumação dos artigos por quatro secções acaba por fazer transparecer uma impressão de coerência global e de articulação temática que a leitura individual nem sempre deixa entrever. A primeira — «Panorama dos Estudos Anglo-Americanos Hoje: Canónicos e Não-Canónicos» — é fundamentalmente dedicada à contextualização histórica e à discussão teórica dos mecanismos de canonização literária e da recomposição do cânone. A segunda parte, já referida, contempla os aspectos da língua — «Uma Língua Canónica?» —, seguindo-se-lhe um conjunto de textos — «As Mulheres e o Cânone» (Maria Filomena Mesquita, Graça Abranches, Dorothea Steiner, Mary Lydon) — sobre a problemática feminista, ou seja, sobre uma das áreas que neste século XX mais terá contribuído para o assédio sistemático da cidadela da literatura enquanto instituição. Por fim, «Escritas Minoritárias», a quarta e última secção, cumpre exemplarmente, tal como promete, a tarefa de ilustrar casos típicos de formas de escrita que a custo vão conquistando legitimidade e reconhecimento: a literatura afro-americana (Isabel Caldeira), a ficção científica (José Manuel Mota), a escrita «gay» (Graça Capinha). Pela simples enumeração dos estudos se pode aferir da riqueza e das virtualidades de articulação das áreas em presença. Mais ainda, é possível verificar como a «alta» e a «baixa» cultura e literatura se

complementam e mutuamente se emulam, numa relação que, ao invés do que se poderia pensar, não tem forçosamente que ser de mútua exclusão. Com efeito — e esta é uma questão que, por nem sempre ser devidamente compreendida, conduz a frequentes equívocos e desnecessárias polémicas —, a constante reconfiguração do cânone faz-se tendencialmente por um processo progressivo de alargamento e inclusão, e não de substituição e exclusão. Tanto maior, por isso, a responsabilidade do estudioso interessado nas produções não-canônicas, uma vez que, como nota com pertinência Isabel Caldeira em «A Cor do Cânone», tal obriga a um acréscimo de competência e a uma disponibilidade intelectual que não é compatível com a ignorância da chamada grande tradição.

Parece claro que, neste clima de rupturas e de indeterminação, a investigação nesta área só poderá avançar no novo quadro de uma disciplina como os Estudos Culturais, que encoraje o questionamento radical e o trabalho teórico sólido ao mesmo tempo que permite a coexistência, na diversidade e no confronto criativos, de disciplinas e metodologias até há pouco consideradas inconciliáveis (veja-se, a este propósito, o estimulante contributo do já citado Michael Denning, intitulado «Cultural Studies and the Thought Police»). Não obstante tudo isto, não deixa de ser curiosa a persistência de certos guardiões do cânone, os quais, reagrupados agora em nova associação

para a defesa da velha causa — desta vez, uma denominada Association of Literary Scholars and Critics —, acabam de publicar, nos mesmos meios de difusão acima mencionados, um anúncio-apelo à preservação da autonomia do seu mester, em nome dos valores da «imaginação literária» e como reacção expressa às «concepções estreitas e altamente politizadas hoje em dia tão frequentes».

Que o mesmo é dizer (retomando as palavras de M. Denning): a polícia do pensamento ataca de novo — e os autores reunidos neste *O Cânone nos Estudos Anglo-Americanos* têm assim a garantia de que tão cedo as suas reflexões não se verão desactualizadas.

Referências Bibliográficas

- N.A.S. (National Association of Scholars) 1990 — «Is the Curriculum Biased?», *The New York Review of Books*, 37: 3 (March 1), p. 17.
- Vidal, Gore 1988 [1985] — «Calvino's Death», in *At Home, Essays 1982-1988*, Nova York, Random House, p.227.
- A.L.S.C. (Association of Literary Scholars and Critics), «An Invitation from the A.L.S.C.» 1994 — *The New York Review of Books*, 41: 21 (Dec. 22), p. 57.

João Paulo Moreira